



Direitas Humanas e Extensão Universitária

1) Qual a relevância da discussão da temática das Direitos Humanas para a extensão universitária?

A questão dos direitos humanos foi tradicionalmente tratado no Brasil a partir da questão política. Ela adquiriu relevância durante o processo de enfrentamento das forças sociais organizadas contra a ação violadora de direitos fundamentais efetivada pela ditadura militar. Com isso, ele se tornou um discurso marcado pelo viés político e pela demarcação de alguns aspectos fundamentais, em particular as ações efetivadas por grupos ou órgãos do Estado contra indivíduos ou grupos da sociedade civil.

Todavia, cada vez mais é necessário vincular a temática dos direitos humanos à discussão maior da cidadania plena. Isso porque, nas duas últimas décadas, esse conceito tornou-se uma referência central para a luta política, social e cultural. Com efeito, o *cidadão* tornou-se um dos sujeitos universais do mundo moderno, uma concepção determinada de ser e de viver socialmente, em eterna disputa com o Sujeito universal do mundo capitalista globalizado, o *Consumidor*. E o reconhecimento do ser cidadão como um ser de direitos, que incorpora o leque de direitos tradicionalmente compreendidos no campo dos direitos humanos, é central. Nesse caso, paradoxalmente, a noção do Cidadão Pleno como um sujeito de direito permite que tratemos das diversas formas de violência que se abatem sobre o ser social, tanto a violência do Estado como a violência doméstica, dentre muitas, como ações que negam a dignidade humana e, por isso, devem ser eliminadas.

Nesse caso, a extensão universitária, por definição, deve ter uma perspectiva de atuação que visa fortalecer o exercício da cidadania ple-



Jailson de Souza e Silva

Prof. Dr. Jailson de Souza e Silva
Prof. Adjunto UFF/ Geógrafo
Coordenador do Observatório de Favelas do Rio de Janeiro

Entrevista conduzida por Rafaella Sousa e Rafaela Abrahão/Bolsistas de Extensão/Revista Interagir/UERJ

na. E a luta contra todas as formas de iniciativas que violam a dignidade humana deve estar em seu território de atuação, e não apenas aquela que ofende indivíduos de grupos específicos. Fica evidente, então, a relevância da reflexão dessa temática no âmbito da extensão universitária.

2) Em termos das ações extensianistas que se dirigem aos programas/processos de intervenção social, qual(ais) a(s) compromisso(s) que devemos assumir diante de tanta desigualdade e da desrespeita aos direitos humanos tão flagrantes, de uma maneira geral?

No processo de construção do capitalismo moderno, por exemplo, a cidadania tinha como base a igualdade jurídica-formal: "todos são iguais diante da lei". No processo de lutas políticas do século XIX, na Europa, por sua vez, o conteúdo político passou a ser incorporado: "todos têm direito de ir e vir; de votar; de se organizar politicamente e no espaço de trabalho etc". No desdobramento da luta dos trabalhadores, já no século XX, direitos sociais como educação, saúde, habitação, lazer e cultura, dentre outros, passaram a ser, gradativamente, incorporados ao conceito de cidadania e a idéia do ser social como sujeito de direitos se difundiu.

No processo, foi se consolidando uma visão ampliada do conceito de cidadania, que passa a ser reconhecido a partir de uma síntese dos direitos civis, políticos, sociais, econômicos e culturais. E, principalmente, estabelece-se uma luta ampliada, que agrega a valorização da diferença e da dignidade humana, em todas as suas dimensões. E essa é a grande novidade das lutas sociais do Século XXI: tornaram-se inseparáveis as lutas pelo reconhecimento e legitimação das diferenças, tanto no plano singular como no particular, das lutas pela valorização e proteção da dignidade humana, em todas as suas dimensões, em particular a econômica, social e cultural¹.

O cidadão pleno é aquele que consegue exercer, de forma integral, os direitos inerentes a

sua condição. Como a condição de sujeito não é restrita a um indivíduo ou grupo, o exercício da cidadania não pode prescindir da dimensão do reconhecimento do direito coletivo. Da mesma forma, não se pode ignorar sua condição de fenômeno histórico, já que os direitos e deveres dos seres sociais não se congelam no tempo e espaço. A cidadania plena passa a ser, dessa forma, uma utopia, um ponto de referência para a permanente humanização do sujeito social. A ação extensianista deve ter como referência ser a expressão de um compromisso com o cidadão pleno acima aludido; da mesma forma, cabe aos atores que nela atuam produzirem diagnósticos, conceitos e intervenções que permitam o fortalecimento da presença hegemônica desse ser no mundo social. Esse será o pressuposto que definirá as funções de mediação entre a universidade e o conjunto da realidade social.

3. A partir da discussão aberto nas duas perguntas anteriores, gostaríamos que a professor concluisse, apontando "fazer e alhar" práticas e viáveis, de modo a que a extensão universitária venha realmente a contribuir para madificar o status quo político-social brasileiro.

As unidades educativas, em sua diversidade, são marcos para a ampliação do tempo e do espaço existenciais de seus educandos, em especial as crianças, adolescentes e jovens dos espaços populares. Elas entrelaçam dimensões sociais e pedagógicas e são o espaço de acesso, por excelência, daqueles ao discurso intelectual, ao discurso racional-científico e a novos grupos sociais. Elas só podem, todavia, cumprirem de forma plena seu papel indo além de si mesmas, de forma constante, buscando se re-significar de acordo com os novos processos de exigências colocados pela realidade social.

O debate sobre a identidade e o papel das instituições educacionais, realizado mundialmente, expressa uma nova concepção de sociedade, onde as diferenças não podem mais ser transfor-

¹ Temas como a discriminação das drogas e do aborto; o direito à união estável de pessoas do mesmo sexo; a proibição do comércio e porte de armas; a criminalização do racismo, do assédio sexual e das variadas formas de preconceito etc, são expressões dos conflitos sobre os limites e possibilidades do reconhecimento e legitimação da diferença.

madadas em formas de opressão do “outro”, assim como não podem ser invisibilizadas e/ou deslegitimadas. Esse processo de exclusão educacional de grandes parcelas da população, afirmado tanto na escola básica como nas universidades, foi construído a partir de um conjunto de variáveis, reproduzidas de variadas formas, em diversos tempos e espaços: a negação pelo sistema educacional dos saberes dos grupos sociais populares; a importação de modelo pedagógicos desvinculados das reais necessidades do conjunto da população nacional; o fechamento da unidade escolar sobre si mesmo, considerando-se o processo educacional uma responsabilidade apenas dos profissionais da área da educação; a falta de investimentos adequados, em todos os níveis, capazes de ampliar a progressiva democratização do acesso de grandes parcelas das crianças e adolescentes ao sistema educacional, dentre outros.

Nesse caso, o que várias organizações do Estado e da sociedade civil tem feito, no campo da educação, é construir novas formas de fortalecer práticas cidadãs; de democratizar a gestão, a ação pedagógica e o reconhecimento da ética como um elemento fundamental nas relações sociais. Nesse campo, programas como o **Conexões de Saberes**, desenvolvidos em parceria pela Secretaria de educação continuada, alfabetização e diversidade – SECAD/MEC, universidades federais e Observatório de favelas do Rio de Janeiro; assim como a **Escola Popular de comunicação crítica**, implantada pelo Observatório, UFF, UFRJ e mais quatro instituições, são expressões de práticas criativas, desenvolvidas de forma coletiva e que buscam formar novos atores sociais nos espaços populares, atores que consigam interferir na dinâmica da universidade e da cidade de uma forma ativa e autônoma. Construções como essa têm, aos milhares, surgido no Brasil. E a universidade, via a extensão universitária, tem um trabalho fundamental em sua proposição, capilarização, avaliação e elaboração de novas proposições.

